

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CAUSAS DO AUMENTO DA POBREZA DURANTE UM ANO PANDÊMICO NO BRASIL

Raina Beatriz dos Santos Melo¹

Resumo

O contexto pandêmico no Brasil favoreceu o aumento exacerbado das expressões da questão social, especialmente da pobreza e do desemprego. O presente artigo tem como objetivo promover a reflexão das causas sobre o aumento exponencial e acelerado da pobreza durante esse curto período, enfatizando as desigualdades sociais daí derivadas. Analisa as ações governamentais para o combate da pandemia, assim como seus impactos na mudança do cotidiano, considerando que vivemos numa sociedade fundada no modo de produção capitalista, fator determinante para o agravamento da crise sanitária. Caracteriza-se aqui, uma pesquisa de cunho explicativo e bibliográfico, baseando-se em uma concepção de breves análises da realidade na qual estamos inseridos. Levou-se em consideração dados quantitativos e qualitativos, ao se adotar uma perspectiva de análise da realidade na sua totalidade.

Palavras-chave: Questão Social. Pobreza. Pandemia. Serviço Social.

Abstract

The pandemic context in Brazil favored the exacerbated increase in expressions of the social issue, especially poverty and unemployment. This article aims to promote reflection on the causes of the exponential and accelerated increase in poverty during this short period, emphasizing the resulting social inequalities. It analyzes government actions to combat the pandemic, as well as its impacts on changing daily life, considering that we live in a society based on the capitalist mode of production, a determining factor for the worsening of the health crisis. It is characterized here, an explanatory and bibliographic research, based on a conception of brief analyzes of the reality in which we are inserted. Quantitative and qualitative data were taken into account, when adopting a perspective of analyzing reality in its entirety.

Keywords: Social Issue. Poverty. Pandemic. Social Service.

¹ Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. ORCID – 0000-0002-6220-6421. E-mail: raina.melo@ufpe.br

INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial de Saúde, entende-se por pandemia como uma doença infecciosa e contagiosa que se espalha rapidamente atingindo de regiões inteiras nos continentes. Apesar de o conceito estar presente no nosso cotidiano atual e a palavra, em si, ser considerada quase como um dialeto, devemos considerar que, antes do SARS-Cov existiram outras pandemias que valem ser destacadas.

O primeiro caso considerado como pandemia apareceu durante os anos 541 a.C, causado pela peste bubônica, intitulada como Peste de Justino, transmitida através de pulgas de ratos. A pandemia acabou por matar entre 500 mil a 1 milhão de pessoas. Iniciada no Egito e estendida até parte do continente europeu. Além disso, pelo mesmo motivo, ocorreu a Peste Negra, em 1343, mas, desta vez, em solo Asiático e Europeu, chegando a disseminar até 200 milhões de pessoas.

Saindo da perspectiva histórica-internacional e adentrando à realidade brasileira, além da pandemia por covid-19, apesar de não estar nos critérios classificatórios pandêmicos, a doença crônica e mais popularmente conhecida e que abrange grande parte da população brasileira, era e ainda é, a hipertensão, estando em primeiro lugar e que mais atinge os brasileiros (cerca de 38 milhões), segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019, além da diabetes, estando em segundo lugar de acordo também pela PNS. Apesar disso, ambas doenças citadas não tinham controle anteriormente e hoje possuem de tal forma que todos que adquirem diabetes ou hipertensão conseguem conviver com a doença, principalmente ao falar do Brasil e o Sistema Único de Saúde que fornece medicamentos gratuitos através da Farmácia Popular.

Partindo dessa análise do ponto de vista sanitário, stricto sensu, passaremos à abordagem social do fenômeno da pandemia, na qual se destaca a relação da pobreza com a pandemia. Em primeira instância, faz-se necessário destacar que a pobreza, considerada uma das inúmeras expressões da questão social, deve ser entendida, de acordo com Tumolo e Garcia (2009), como “um fenômeno social histórico e complexo”, visto que também é considerada pelo senso comum como fenômeno social e de responsabilidade individual. Desta forma, a pobreza também gira em torno do acesso que se tem a determinados bens para subsistência e é dividida em duas vertentes principais: a pobreza absoluta (o indivíduo encontra-se com renda abaixo da mínima, que impossibilita este de adquirir bens considerados básicos) e a pobreza

relativa (indivíduos que possuem renda mínima para subsistir, mas não para sobreviver onde estão socialmente inseridos). Ou seja, para melhor entendimento, a renda de subsistência está relacionada a viver com muitas dificuldades e esforço, enquanto que a sobrevivência é se manter vivo, mesmo depois dessas dificuldades. Enquanto um torna-se o processo “durante”, o outro é considerado o “sucessivo” do depois.

Após esta consideração teórico-conceitual, vale evidenciar que no presente trabalho será exposta a influência da pandemia por covid-19 no acirramento da pobreza, enquanto expressão da questão social e suas consideráveis manifestações, tendo em vista que o aumento exacerbado desta destaca-se como um dos pontos principais, emergentes no período de tempo em que a doença alastrou-se em território nacional até os dias atuais. Abordaremos, também, as ações de combate feitas pelo governo federal, ações estas consideradas insuficientes e até promotoras desse crescimento exacerbado da pobreza.

1. O aumento da pobreza no contexto pandêmico

O primeiro ponto a ser destacado nesse tópico é que, no início da pandemia (por volta de março de 2020), as expressões da questão social estavam já muito “escancaradas”, tornando-se o agravamento da pobreza e o aumento do desemprego como fenômenos automaticamente interligados devido à condição social em que foram colocados os trabalhadores. Além disso, quando a OMS definiu a situação mundial, que, segundo o site da UNA-SUS, explicita que a pandemia é caracterizada com o estágio de contaminação geográfica da doença e não de acordo com sua gravidade, teve repercussão direta na tomada de providências dos países que só passaram a adotar o distanciamento social quando a própria Organização declarou o estado de calamidade, motivando a formulação de decretos governamentais com medidas preventivas e curativas. Essas medidas governamentais, todavia, foram adotadas tardiamente, fato que foi responsável pela disseminação do contágio e tornou-se motivo de preocupação do Sistema Único de Saúde – SUS, face ao alcance que a doença poderia atingir a população que se encontrava despreparada.

Com isso, o brasileiro pode perceber o quão estava condicionado a uma rotina de trabalho, levando em consideração que o modo de produção capitalista se sustenta da venda da força de trabalho, que é considerada essencial para sua sobrevivência. Sendo assim, diante da situação adversa, para garantir a sua sobrevivência, a classe trabalhadora, com o início da pandemia e a quarentena em seguida, ajustou-se ao que se tinha disponível: o teletrabalho e o

trabalho precarizado e uberizado, especialmente diante da necessidade de distanciamento social que provocou inúmeros desempregos. Visto isso, é válido destacar alguns fatores que foram responsáveis por aumentar a pobreza.

O primeiro, como já citado, é o desemprego. Pois, sabendo que o trabalho é um dos fatores essenciais para vida humana, a ausência deste, passa a deixar mais evidente a dificuldade de sobrevivência de uma família. Sabendo, desta forma, que o aumento do desemprego gera automaticamente um aumento da pobreza que hoje se vê engrossada por um conjunto cada vez maior de trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho. Prova disso é a classificação dada por Barros e Camargo (1993, apud Santos e Arcoverde, 2010) da pobreza conjuntural, a qual o indivíduo insere-se temporariamente abaixo da linha da pobreza, devido a circunstâncias que o impedem de trabalhar, que, neste caso, seria aplicado ao desemprego.

Deste modo, essa dupla dimensão da pobreza segue-se por um lado de forma “convencional” inerente ao sistema capitalista, que se diz respeito à ausência de renda e as desigualdades de classe, e, por outro lado, porém interligado, é necessário não esquecer o empobrecimento que vivenciam alguns setores da população. Além disso, a pandemia atinge principalmente os trabalhadores que não estão acobertados pelo Estado em sua forma de sistema de proteção social. Sendo assim, os mais prejudicados, e já inseridos na linhagem da pobreza, são aqueles que vivem na informalidade. Resulta-se, dessa forma, em um pauperismo social, pois, o aumento do desemprego e da pobreza, fez com que a pandemia provocasse uma “crise sanitária dentro de uma crise do capital”. Sendo assim, as expressões da questão social ficaram mais evidentes e menos assistidas. Ocasionalmente um déficit social muito grande nas classes sociais mais pauperizadas, que foram não só atingidas pelo desemprego, mas também pela fome, a qual sempre esteve presente.

Desta forma, é válido destacar que é evidente que nos dias atuais, além do contexto pandêmico, os trabalhadores mais qualificados estão “sobrando” no mercado de trabalho devido ao ciclo vicioso no qual se vive, que é formado por um indivíduo que está acima da expectativa do mercado de trabalho brasileiro e acaba investindo sua intelectualidade em perspectivas internacionais que acabam por incentivar maiores garantias em condições de vida para o trabalhador, formando um ciclo de perda de bons profissionais. Além disso, o modo de produção capitalista acaba por desvalorizar esses trabalhadores ao mesmo tempo em que os incentivam numa cultura trabalhista de “empreendimento”, fazendo-lhes acreditar que o melhor é investir o pouco que se tem para ter retornos maiores, criando assim, um público de

desemprego economicamente ativo, seja vendendo água no sinal, atuando como motoristas de aplicativo ou em sistemas de *delivery*.

Adentrando-se a outra perspectiva considerada como extensão de uma das consequências da pobreza, esta que, esteve ainda mais presente durante o período pandêmico, denominada como a criminalização da pobreza. Pois, com o crescimento da questão social cada vez mais exacerbada, a população menos assistida consequentemente, por não ter oportunidades, teve que buscar soluções alternativas dentro da sociedade, levando em consideração as soluções que são consideradas de “fácil” acesso e encontram-se mais “perto” (levando em consideração que não é uma escolha e sim a falta de opções), logo, é mais provável que um pai de família que more em favela entre dentro do sistema de tráfico de drogas ao invés de qualificar-se para um emprego, já que o Estado não dá as devidas garantias sociais básicas para que este consiga.

O segundo fator, intimamente ligado com o primeiro, são os determinantes sociais e suas precarizações, que acabaram por gerar o aumento de casos até agora. Esses determinantes sociais são condições físicas, psicológicas, alimentares, demográficas, econômicas e, dependem do estilo de vida de cada um para estabelecer a sua condição de saúde. São responsáveis pelos aumentos do caso devido à condição de moradia e higiene básica dos pobres, que nem sempre possuem espaços de qualidade para manter tal higiene e acesso a hospitais próximos, por exemplo. Para além destes aspectos sociais, também existem suas determinações, sendo um conjunto de fatores que estabelecem a apropriação do homem pela natureza, de forma irracional e com características de exploração desmedida dos recursos naturais, cujas consequências têm rebatimento tanto na vida coletiva, quanto no indivíduo. Nota-se, desta forma, que a pandemia passou a possibilitar novas configurações de estilo de vida, modificando o cotidiano das pessoas nos seus afazeres mais básicos, como já citados antes.

2. A desigualdade social e a pobreza

Baseado no tópico anterior, tais determinantes e determinações influenciam diretamente para aqueles que já os possuíam de forma fragilizada, ou seja, as condições que já não eram consideradas boas tornaram-se ainda piores, e contraditoriamente, sabe-se também que, a pobreza instaurada antes mesmo da pandemia evoluiu para níveis de extrema pobreza ou linha de indigência (considerada como renda familiar per capita de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo), ou seja,

12,8% dos brasileiros passaram a viver com menos de R\$ 246,00 ao mês, segundo dados publicados pela FGV Social, fato este que entra em contradição quando se fala de ricos, visto que estes não foram tão atingidos como esperado no período pandêmico, pois, dever-se-ia levar em consideração a depreciação do real diante ao dólar,

Tal fato acelerou o processo de desigualdade, que, mesmo já existente muito antes da pandemia, acabou por ser potencializado de um ano até os dias atuais, isso porque aqueles que detinham de um alto poder aquisitivo, puderam investir em ações que estavam despencando, levando em conta que, meses depois, essas mesmas ações voltariam a subir, aumentando assim, o patrimônio dos milionários. Para analisar melhor a questão da desigualdade, nota-se que esta se agravou, no período de 2016 a 2019, conforme pode se constatar no gráfico abaixo:



Fonte: FGV Social *Dados de renda individual do trabalho obtido na Pnad Contínua.

Tendo isso em vista e analisando um âmbito mais abrangente da América Latina, baseado em Bernardo Kiklisberg, comprova-se que, quanto maior a equidade, menor seriam os índices de pobreza.

As sociedades que tendem a fortalecer a equidade e a melhorá-la têm melhores resultados econômicos, sociais e políticos a longo prazo. Elas estão colocando em prática circuitos virtuosos em campos como os descritos: redução da pobreza, formação de capital social, governabilidade democrática, estabilidade. (Kiklisberg, 2000: 24).

Vale salientar ainda, como dito acima, que a condição de pobreza ainda é vista por muitos brasileiros como uma questão de responsabilidade individual e não como produto da desigualdade estrutural no modo de produção capitalista, e acirrada pelas opções de financiamento adotadas pelos governos de extrema direita.

3. Ação do Estado e o auxílio emergencial

O auxílio emergencial, como já diz o nome, foi criado para amenizar os efeitos da pandemia para os cidadãos brasileiros. Apesar de a medida ser considerada essencial em estado de calamidade pública, o governo de Jair Messias Bolsonaro relutou para sua aprovação, prova disso é que ao iniciar a discussão na Câmara dos Deputados o presidente sugeriu que a parcela mensal fosse de R\$200,00 durante a pandemia. A sessão na Câmara finalizou o valor em R\$600,00 após forte pressão de economistas e alguns setores da sociedade civil. Com isso, evidencia-se que o plano de Renda Básica Emergencial não foi pensado exclusivamente para colocar em prática as diretrizes da Seguridade Social e sim algo considerado maior pelo Governo: a economia que “não podia parar”.

No Brasil, a instauração do programa de Auxílio Emergencial se deu de forma mal administrada e precisou ser, como já dito, contingencial e em forma de política semi-compensatória, visto que não foi algo fixo, ao invés de política preventiva, que, faria mais efeito para os brasileiros.

Os programas compensatórios funcionam como um tipo de enfrentamento para a pobreza, este que depende do parâmetro de pobreza no qual se insere cada pessoa, ou seja, depende das condicionalidades para que seja cedido. A exemplo do Auxílio Emergencial, seu público paira sobre os trabalhadores informais, sendo justificado pelo Estado o fato destes não terem acesso a uma rede de proteção social completa da mesma forma que os trabalhadores formais que têm acesso a seguro-desemprego e FGTS, por exemplo. Porém, sabe-se também que, apesar dessa política compensatória beneficiar esses trabalhadores, vale destacar novamente que não foi feita exclusivamente para isso, o que acaba por fragilizar o objetivo principal desta, devido à égide neoliberal que busca, acima de tudo, manter a economia ativa, unindo, desta forma, “o útil ao agradável”.

A extrema direita e sua forte influência neoliberal fazem-nos perceber que as expressões da questão social a exemplo da pobreza, são irrisórias perto da crise cíclica do capital. O que nos leva à conclusão de que continuará desta forma, caso o capital não priorize os direitos sociais, pois, é sua tendência sempre estar em crise. Fato este que pode ser observado em Marx:

Queda da taxa de lucro e acumulação acelerada são, nessa medida, apenas expressões diferentes do mesmo processo, já que ambas representam o desenvolvimento da força produtiva. A acumulação, por sua vez, acelera a queda da taxa de lucro, à medida que com ela está dada a concentração dos trabalhos em larga escala e, com isso, uma

composição mais elevada do capital. Por outro lado, a queda da taxa de lucro acelera novamente a concentração de capital e sua centralização (...) (Marx, 1984, L. III. t. 1, p. 183).

Logo, à crise do capital somou-se uma crise sanitária com efeito ioiô, pois em momentos de crise na saúde, a classe trabalhadora fica sem opções a não ser a de se colocar em risco. A cadeia do capital pode se reerguer com mais facilidade do que uma sociedade fadada ao fracasso, que já não possuía muitas opções de escolha e, que agora, limitou-se mais ainda.

O efeito ioiô é consequência das medidas para evitar a crise do capital, pois, em meio à pandemia, houve momentos em que os leitos estavam esvaziando, os estabelecimentos estavam fechados, provando que seria o caminho ideal para mitigar a pandemia ao máximo. Mas ao invés disso, os governantes, ao notificarem a diminuição dos casos e das mortes, recorreram à medida de reabrir os estabelecimentos, o que fez com que a pandemia voltasse aos patamares iniciais. Este fato tem continuidade até os dias atuais e se confirma pela instabilidade do discurso do governo que depende da égide e pressão do mercado capitalista, deixando o caminho muito mais longo do que poderia ser, caso os capitalistas pensassem em investir em medidas sanitárias e de saúde para erradicar o processo pandêmico.

Tais constatações dão brechas para pleitear outro problema para a classe trabalhadora: a campanha “fique em casa”. Tal método foi eficaz para que as pessoas respeitassem o isolamento social, ao menos no início da pandemia, mas, a classe trabalhadora não tinha o privilégio de permanecer em casa, não restando muitas opções a não ser investir no trabalho informal ou no empreendedorismo que tanto o governo incentiva.

Nota-se, desta forma, que o Estado age por reparações limitadas para resolver o problema da pobreza, visto que outros programas compensatórios ainda estão presentes, como Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC), e, ao invés de criar oportunidades para os trabalhadores, os mantêm à margem do sistema capitalista de forma economicamente ativa, lógica esta considerada tradicional devido às expressões da questão social serem inerentes ao modo de produção capitalista. Fato este que pode ser observado na citação a seguir.

Expressões da questão social se manifestam em todos os espaços e tempos sociais e institucionais, conformando uma humanidade de privações e sem direitos – à vida, teto, terra, emprego estável protegido, escolarização, proteção social, alma, identidade – deixando visível e em situação desconfortável os sujeitos estratégicos para o enfrentamento dessas questões – o Estado, o mercado e a sociedade civil organizada.

As respostas dadas pelo Estado às manifestações da questão social são limitadas e não conseguem ultrapassar o viés da emergência, da assistência, do clientelismo, do

imediatos e do conservadorismo, apesar do avanço legislativo e dos discursos pró-inclusão, pró-redução da pobreza, pró-social. (ARCOVERDE, 2008: 14).

Para além disso, o Auxílio Emergencial, apesar de seus defeitos já comprovados aqui neste trabalho, foi fundamental para que mantivesse alimento na mesa dos brasileiros ao menos durante seus seis meses de instauração, pois, com a alta do preço dos alimentos, devido a uma série de fatores como a desvalorização cambial e a alta demanda de commodities agrícolas, a cesta básica, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), passou de 49,1% em 2019 para 58,1% atualmente (2021) do salário dos brasileiros. Sendo assim, a cesta básica deixou de ser básica devido ao brasileiro dedicar mais da metade do seu salário para alimentação. E, com a política compensatória do auxílio, comprovou-se que a pobreza e, conseqüentemente a fome, também diminuíram em período pandêmico.

Total de famílias em extrema pobreza no CadÚnico

Período de janeiro de 2014 a outubro de 2020



Famílias em situação de extrema pobreza cadastradas no CadÚnico — Foto: Economia G1

Pode-se observar no gráfico acima que, no período pandêmico de 2020, a extrema pobreza decolou e, apesar de o Auxílio Emergencial ajudar, não foi suficiente para diminuir de tal forma a controlá-la, e, com o passar dos últimos meses desde ano 2021, quando houve redução pela metade do benefício, a pobreza foi voltando aos poucos a níveis negativos anteriores. Também deve-se levar em consideração que os dados acima estão de acordo com o CadÚnico, e que, o estudo da realidade mostra-se de forma limitada, devido, principalmente, a muitas famílias não estarem devidamente inseridas no sistema de cadastramento.

Com isso, comprova-se que o auxílio emergencial não é suficiente para sustentar uma família e tampouco para fazê-la ficar em casa. Como já exposto antes, além do desemprego ter aumentado, a inflação subiu na medida em que o mercado econômico decaía. Sendo assim, o valor da subsistência básica chegou a dobrar de preço, sendo insuficiente o valor de R\$ 600,00 para fazer sobreviver uma família que teria, no mínimo, o triplo de gastos domésticos, visto que toda a família permaneceria em casa para não correr o risco de contaminação.

O auxílio disposto pelo Governo Federal tinha como um dos seus principais objetivos diminuir o contágio das pessoas ao saírem para trabalhar; seu intuito era servir como uma renda para movimentar a economia brasileira, visto que a taxa de desemprego estava maior como nunca antes na história do Brasil. Porém, com sua redução, não seria possível permanecer em casa, fato este que facilitou a uberização² dos trabalhos que antes eram considerados formais.

Adentrando a uma perspectiva internacional, é válida a comparação com os Estados Unidos que aprovou um pacote de mais de US\$ 2 trilhões para mitigar os efeitos negativos da pandemia, no período de transição do governo Trump, já que este representante da direita internacional foi adepto ao negacionismo, também disseminado pelo governo brasileiro. Com isso, sabe-se que a pressão americana foi o que fez o presidente mudar o cenário, principalmente pelo fato de estar próximo às eleições americanas, visto que seria um ótimo pretexto de defesa e/ou critério de desempate diante dos democratas.

Ao dar continuidade, o valor reconhecido como exorbitante por nós brasileiros foi destinado de forma direta para famílias no valor de US\$ 1.200 mais US\$ 500 por cada filho abaixo de 17 anos. A verba também foi distribuída como empréstimo para empresas continuarem abertas, aumento do seguro-desemprego e sistemas de saúde.

Ao contrário do que temos no Brasil, o partido democrata dos Estados Unidos conseguiu levar o plano adiante e, enquanto em território brasileiro estavam sendo encerradas ou diminuídas as parcelas e o valor do auxílio, nos EUA a situação estava sendo reaproveitada para ser aprovado o aumento para US\$ 2000, com a alegação de que além de manter as pessoas em isolamento, ajudaria a economia americana de forma sutil, levando em consideração que ainda são 25% da economia mundial.

Tais medidas dos Estados Unidos, também feitas na Europa, por exemplo, pressionaram o Brasil a viabilizar a aprovação do auxílio; prova disso é que o Ministro da Economia Paulo Guedes aderiu à ideia melhor após a ação dos americanos.

Apesar de estarmos distantes dos Estados Unidos, vale a reflexão de que quando se tem uma polarização política eficaz, os direitos sociais não ficam extremamente esquecidos. No

Brasil, a cada dia que se passa o atual governo mostra-se mais negacionista e genocida em relação à pandemia, interessando-lhes apenas o fato de que a crise econômica deve ser solucionada, mas, caso os parlamentares ainda não tenham total conhecimento, o país é sustentado pela classe trabalhadora, esta que necessita de melhores condições para conseguir pôr em prática a sua única forma de subsistir: sua força de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, observou-se que, em primeiro lugar, a pobreza e a desigualdade social são expressões da questão social que andam juntas e são influenciadas concomitantemente, assim como suas fragilizações destacadas por um período pandêmico, onde todos os brasileiros tiveram que reformular suas vivências cotidianas.

Em segundo lugar, os índices de pobreza decolaram a partir do momento em que foi declarado estado de calamidade pública e a crise sanitária na saúde, assim como o fator desemprego e determinantes sociais que possibilitaram o aumento da pobreza, propriamente dita, e o aumento dos casos, respectivamente.

Outro ponto a ser considerado foi que, apesar do Auxílio Emergencial não possuir uma diretriz universal e não ter chegado a todas as famílias brasileiras, este pode e foi considerado essencial no período mais crítico da pandemia por covid, pois manteve o brasileiro um pouco mais distante dos índices da fome. Porém, ainda é importante destacar que, o processo de sua concessão foi mal gerenciado: feito de forma despreparada e com o objetivo de manter um domínio neoliberal sobre os trabalhadores informais ativos e que, a remuneração mensal não deveria ter sido cortada pela metade em um dos momentos mais críticos do ano de 2020, fato este que contribuiu para que os índices de pobreza e desigualdade voltassem a níveis vistos já antes.

Destaca-se também que apesar de todos os problemas no âmbito social e econômico, vínculos empregatícios não são considerados soluções plausíveis, pois aumentaria a quantidade de contaminações da mesma forma. Logo, caso o auxílio emergencial se mantivesse por tempo e valores consideráveis, poderia, talvez, haver uma forma de fazer com que os direitos básicos fossem assegurados à classe trabalhadora e, conseqüentemente, o capital de giro, apesar de ser menor, não ficaria totalmente parado. Sendo assim, o isolamento social exige que o Governo Federal sustente esse tipo de auxílio.

Por fim, podemos concluir que, diante dos fatos observados, a pobreza, a fome, o desemprego e as diferentes expressões da questão social estarão mais notáveis como nunca vistas antes até que o período pandêmico seja mitigado, e que o Estado é co-responsável por cada uma dessas expressões, as quais estão em crise muito antes do coronavírus estar inserido em território brasileiro - este que funcionou como uma falsa justificativa para o descaso dos governantes para com a sociedade.

REFERÊNCIAS

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Serviço Social e Questão Social na Globalização. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 102-124, 2008.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito; DOS SANTOS, Giselli Caetano. Pobreza: conceitos, mensuração e enfrentamento no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís - MA, p. 1-10, ago. 2011.

DIEESE. **Banco de dados**. Janeiro 2021. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/cesta/produto>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Brasil começa 2021 com mais miseráveis que há uma década**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/01/brasil-comeca-2021-com-mais-miseraveis-que-ha-uma-decada.shtml>>. Acesso em: 16 abr. 2021.

GARCIA, Adir Valdemar; TUMOLO, Paulo Sergio. Pobreza: reflexões acerca do fenômeno. **Revista ABET** vol VIII – n. 1, p. 111-124, jan/jun 2009.

KIKLISBERG, Bernardo. A equidade dá resultados. In: KIKLISBERG, Bernanardo. **Desigualdade na América Latina: o debate adiado**. São Paulo: Cortez Editora, 2000. cap. 3, p. 21-25.

NEXO JORNAL. **O aumento na desigualdade de renda do trabalho na pandemia**. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/09/13/O-aumento-na-desigualdade-de-renda-do-trabalho-na-pandemia>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

UNASUS. Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus.

Disponível em: <<https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>>. Acesso em: 24 jul. 2021.